



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2021 - Nº 10/2021 - MANDATO 2017 – 2021

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila de Alpiarça, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente Mário Fernando Atracado Pereira e com a participação dos Senhores Vereadores João Pedro Costa Arraiolos, Casimira Pereira Alves, Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes e António da Conceição Moreira. Secretariou a reunião Carla Sofia Gonçalves Martins Borba, Dirigente da Unidade Orgânica de Administração Geral, Apoio Jurídico e Recursos Humanos, da Câmara Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do N.º 2 do artigo 53.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei N.º 75/2013 de 12 de Setembro, foi a seguinte:

Ponto 01 – Ata para apreciação e votação.

Proposta de Ata n.º 9/2021 - Reunião realizada no dia 14/05/2021.

Município de Alpiarça.

Para Deliberação:

Ponto 02 – Proposta – Nomeação de Auditor Externo Responsável pela Certificação Legal de Contas do Município de Alpiarça para os anos de 2021 e 2022, nos termos da Lei n.º 73/2013 de 03 de Setembro.

Município de Alpiarça.

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:

Remeter à Assembleia Municipal:

Ponto 03 – Proposta – Isenção do Pagamento de Taxas Relativas ao Pedido de Licenciamento para Obras, Apresentado por “Clube Desportivo – Os Águias de Alpiarça”.

Requerente: Clube Desportivo “Os Águias de Alpiarça”.

Município de Alpiarça.



Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Ponto 04 – Proposta – Minuta de protocolo de Cooperação Celebrado entre o Município de Alpiarça e a Associação Cultural, Desportiva e de Beneficência dos bombeiros de Alpiarça.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:-----

Ponto 05 – Proposta de Ratificação de Aceitação de Donativos em Géneros – Despacho do vereador João Pedro Arraiolos.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Ratificação:-----

Ponto 06 – Licença Especial de Ruído, com início às 19,00 h e termo às 22,30 h do dia 29/05/2021, para realização do evento “Musica ao Vivo – Ricardo Oliveira”, a realizar no Jardim/Esplanada D. Dion, em Alpiarça.-----

Requerente: Valter & Ana, Hotelaria, Lda.-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação:-----

Ponto 07 – Processo Disciplinar N.º 2019/500.20.300/1.-----

Município de Alpiarça.-----

Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação Técnica:-----

ABERTURA DA REUNIÃO-----

--- A reunião foi aberta pelo senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e quinze minutos, que cumprimentou todos os presentes e deu conhecimento do resumo diário de tesouraria, referente ao dia vinte e sete de maio de dois mil e vinte e um, com um total de disponibilidades de 547.101,34 € (quinhentos e quarenta e sete mil cento e um euros e trinta e quatro cêntimos).-----



PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

--- O senhor Presidente começou a intervenção, fazendo o ponto de situação da Covid 19 no Concelho de Alpiarça e informando que ainda não tinha recebido a informação dos casos Covid 19 referente ao dia 28 de Maio de 2021, mas à data 27 de Maio de 2021 existiam zero casos ativos no Concelho, duzentas e noventa e seis pessoas recuperadas da doença e seis óbitos registados desde do início da pandemia, num total acumulado trezentos e dois casos. Referiu que o Concelho já estava numa situação de zero casos havia quase uma semana, sendo a média dos catorze dias de vinte oito casos por cem mil habitantes. Em relação à vacinação, referiu que já tinham sido vacinadas cerca de duas mil duzentas e vinte pessoas, com a primeira dose e com as duas doses mil cento e cinquenta pessoas. Deu nota que os senhores Deputados da Assembleia da República, do Partido Socialista e também os eleitos locais, tinham visitado alguns quartéis da GNR, fazendo um levantamento da situação, nomeadamente, em Alpiarça, Coruche e Salvaterra de Magos e lembrou que o processo do acordo para a construção do quartel da GNR em Alpiarça já estava fechado, já tinha sido assinado um protocolo de colaboração com a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna para tal efeito, onde tinha ficado estipulado que a Câmara Municipal cedia o terreno e o Governo procedia ao pagamento de toda a obra, ficando também com a responsabilidade pela elaboração dos projetos, sendo isso que estava a atrasar o processo, embora tivesse recebido recentemente a informação de que os projetos já estavam aprovados. Frisou que já tinha tido várias reuniões com responsáveis da GNR, nas quais tinha abordado a questão da construção do quartel, mas também questões relativas à segurança do Concelho e à colocação de militares da GNR em Alpiarça. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, dizendo relativamente à questão da Covid que registava com agrado a situação em que o Concelho estava naquele momento, que julgava que em boa medida resultava também do facto de se ter avançado com a vacinação de um modo mais efetivo. Relativamente à informação que o senhor Presidente tinha dado, da visita de Deputados do Partido Socialista ao quartel da GNR, referiu que os eleitos locais do PS tinham acompanhado os senhores Deputados do Partido Socialista, eleitos pelo Distrito de Santarém e a visita tinha como objetivo aferirem as condições, não apenas na GNR em Alpiarça, mas também dos outros postos que tinham sido referidos, sendo que em Coruche a situação era bastante antiga e





Salvaterra era um bom exemplo, e depois iriam elaborar uma pergunta ao Governo, que permitisse por parte do Governo haver algum esclarecimento sobre a situação. Explicou que tinha acompanhado desde o início a situação, e era preciso perceber porque é que dois anos após a visita da Secretária de Estado Isabel Oneto, não tinha havido desenvolvimento da parte do próprio Ministério, no sentido de apressar a resolução da situação, que era bastante grave à data e continuava exatamente igual ou pior, pelo que julgava que o senhor Presidente se calhar teria que ir mais vezes ao Posto da GNR de Alpiarça, para verificar as condições, até porque havia situações que podiam ser corrigidas de uma forma temporária. Solicitou informação relativamente ao Programa de Apoio Economia Local, nomeadamente que lhe fosse fornecida uma listagem das entidades aderentes particulares e empresas ou empresários a título individual, e em relação à questão da atribuição dos vales, questionou se a Câmara tinha fiscalizado e acompanhado a aplicação da medida na prática. Disse que queria saber qual era a situação relativamente a um dos edifícios que tinham sido adquiridos para efeitos de demolição e que ainda se encontrava no terreno da obra do Mercado, pois como a obra não estava parada e ainda lá estava uma casa, queria saber o que se passava. Questionou qual era a situação do arrendamento dos dois espaços que tinham sido atribuídos aos dois comerciantes cujas lojas que ocupavam já tinham sido demolidas, nomeadamente, qual o montante da renda que a Câmara paga, a duração do arrendamento e o valor que cada um dos comerciantes paga. Referiu também que tinha chegado ao seu conhecimento que o espaço do adro da Igreja, após as obras, iria ficar totalmente aberto. Essa situação estava a causar algum incómodo, uma vez que, ali se celebravam um conjunto de cerimónias e funcionava a casa mortuária, ou seja, era um espaço sobretudo utilizado pela comunidade religiosa, havendo algum receio de que aquele espaço passasse a ser fruído de uma forma eventualmente menos respeitosa. Questionou qual era o ponto da situação do início das obras da Escola EB2/3 e relativamente às obras do Estádio Municipal, congratulou-se com a finalização da colocação do relvado e reiterou a solicitação que tinha feito, relativamente à entrega do caderno de encargos e do contrato de tal obra. Sobre as obras do balneário, perguntou se o projeto que estava a ser construído era exatamente aquele que o Executivo tinha apresentado em reunião de Câmara, ou se tinham introduzido alguma alteração, porque havia um aspeto do projeto para o qual tinha chamado a atenção, que tinha a ver com a falta de divisão entre o espaço





potencialmente ocupado pelo público e o espaço de circulação dos árbitros e dos jogadores de futebol, porquanto julgava o projeto inicial não passaria numa análise da Federação de Futebol, relativamente as condições de exercício das provas oficiais. Questionou qual era, àquela data, o montante já pago pelo aluguer dos contentores que estavam a servir de balneários, e referiu que os contentores tinham sido mantidos no local ao longo de quase um ano e meio, apesar de não ter havido qualquer prática desportiva, pelo que questionava porque é que se tinha mantido tal custo. Questionou, ainda, o senhor Presidente da Câmara se tinha conhecimento de que a Quinta da Torre tinha sido adquirida por um cidadão ou por uma empresa chinesa, pois dada a importância que aquele património tinha para o Concelho, e apesar de ser um património privado, julgava útil a Câmara procurar saber qual era a intenção que os novos proprietários têm e que tipo de atividade pretendem exercer.-----

--- Interveio o senhor Vereador António Moreira, que começou por mostrar agrado pela situação da Covid 19 em Alpiarça. De seguida, referiu que alguns espaços públicos que existiam em Alpiarça à disposição das populações, não tinham condições mínimas para serem frequentados, nomeadamente, o Jardim do Eucaliptal onde se encontrava lixo acumulado, embora reconhecesse que existiam outros que eram bem mantidos, principalmente aqueles que estavam à responsabilidade da Junta de Freguesia. Relembrou que o senhor Presidente, em Fevereiro ou Março, tinha dito que o alcatroamento de ruas iria começar no princípio de abril, mas estavam quase em Junho e não via esse alcatroamento feito. Perguntou se a obra da Vala Real já tinha sido entregue e se estava tudo em conformidade, e se a Câmara Municipal ou os serviços que andavam na rua, já tinham visto como estava o Jardim Municipal, bem como se a empresa de construção já tinha sido chamada à atenção, pois havia lages partidas e arrancadas, o que era defeito de construção. -----

--- Interveio o senhor Presidente, dizendo em relação à delimitação do largo da Igreja, que tinham tido a oportunidade de discutir o assunto com a população, dentro do que havia sido possível, tendo em conta a situação de pandemia que se vivia, e na preparação do projeto também tinham tido a preocupação de reunir com o senhor Padre Tiago Pires, que tinha sido envolvido no processo desde o início, e que depois também tinha o próprio contactado com quem tinha achado pertinente, enquanto responsável pela paróquia de Alpiarça, tendo depois havido um acordo no



sentido de integrar o espaço do adro da Igreja, num outro mais amplo que era toda aquela área objeto da intervenção que estava a decorrer, não deixando naturalmente de ser espaço particular da Igreja Católica, embora estivessem abertos a encontrar outra solução, caso fosse essa a intenção da Fábrica da Igreja ou da entidade que geria o espaço. Em relação à Quinta da Torre, disse que tinha conhecimento de que havia a intenção dos novos proprietários de fazerem algumas intervenções de limpeza de espaços e um reaproveitamento da Quinta, mas iria solicitar uma reunião com os mesmos, para abordar a importância da Quinta para o Concelho e perceber o que pretendiam para o local. Quanto aos espaços verdes do Concelho, frisou que em sua opinião a situação não era das piores, muito pelo contrário, pois havia boa resposta aos problemas da limpeza urbana, dos cortes de relva, das regas, ou seja, da manutenção de espaços verdes, o que sobretudo nos últimos tempos tinha sido mais evidente.-----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, que em relação ao Programa de Apoio à Economia Local, disse que iria solicitar aos serviços a elaboração da listagem solicitada, e referiu que lhe tinha chegado ao conhecimento uma situação numa interpretação incorreta em relação às normas, tendo dado indicação aos serviços para contactarem o comerciante a fim de esclarecer a aplicação da medida dos vales de desconto e o assunto tinha ficado esclarecido. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Casimira Alves, dizendo que tinha estado, juntamente com uma técnica do Município, a entregar em mãos as cartas das decisões, e que se tinha apercebido que tinha havido alguma confusão com os vales, mas que tudo tinha ficado esclarecido e a maior parte das pessoas estavam extremamente satisfeitas com a iniciativa e com o apoio da Câmara Municipal. -----

--- Retomou a palavra o senhor Vereador João Arraiolos, dizendo em relação às obras da segunda fase do Mercado, que a intenção tinha sido sempre a de manter a atividade económica das pessoas que estavam no edifício que tinha sido adquirido pelo Município, sendo que tinham chegado a um acordo com dois dos arrendatários, que tinham mantido a mesma renda que tinham, que era de cento e cinquenta euros cada um, por um período de cinco anos, sendo que a Câmara tinha arrendado o espaço do antigo cinema por trezentos e cinquenta euros, o que significava que o Município iria suportar cinquenta euros por mês de dois comerciantes durante cinco anos. Em relação ao estabelecimento que não tinha sido demolido, referiu que o mesmo



tinha contrato até ao dia um de março de dois mil e vinte e dois, sendo que a Câmara tinha tentado chegar a um acordo com a inquilina, mas ainda não tinha sido possível esse acordo tendo em conta dos valores envolvidos e as soluções apresentadas, pelo que a empreitada tinha ficado salvaguardada com a consignação parcial da obra. Disse que após a última decisão da Câmara sobre a Escola EB2/3, tinha havido mais uma contestação, agora judicial e cuja proposta de decisão seria presente a reunião de Câmara, embora já tivesse sido contactada a SECAL no sentido de se pronunciar sobre a impugnação judicial, estando a decorrer esse prazo para depois ser apresentada a proposta de decisão à Câmara. Esclareceu que o projeto dos balneários era o mesmo, mas que iria ficar contemplada a vedação do espaço dos árbitros, para que o público não pudesse aceder ao mesmo e quanto ao montante do custo dos contentores, disse que não tinha presente o valor naquela data, e esclareceu também que os contentores tinham sido mantidos no local, porque no primeiro confinamento tinha havido sempre a perspetiva duma retoma ainda nessa época e depois quando tinham iniciado a época seguinte com os seniores, inclusivamente com a realização de jogos, para os quais eram necessários balneários para a equipa adversária e para os árbitros. Saliu que os espaços públicos estavam a ser mantidos a bom ritmo e apresentavam condições dignas, e que inclusivamente tinha passado recentemente no jardim do Eucaliptal e o que tinha visto lá tinha sido umas folhas secas no chão, o que era perfeitamente normal. Quanto à Vala Real frisou que a obra tinha decorrido até final de Julho de dois mil e vinte, mas o certo era que a vegetação, os jacintos e a pinheirinha cresciam naturalmente, pelo que de vez em quando tinham que ser retirados. Informou que o processo da primeira fase dos alcatroamentos já estava concluído e já tinha sido feita a adjudicação, sendo que as obras iriam ter início durante o mês de junho, faltando depois lançar o procedimento da Estrada da Lagoalva. -----
--- A senhora Vereadora Sónia Sanfona interveio, questionando se o arrendamento das lojas tinha sido feito por cinco anos, por ser esse o período de tempo que ainda faltava dos contratos anteriores, ou porque é que se tinha optado por esse período de cinco anos. Depois, em relação à obra da Vala, reforçou que a manutenção da mesma era uma necessidade permanente pelo que no seu entender seria mais adequado o Município procurar fazer um contrato de manutenção e limpeza da Vala, em vez de estar a investir de dois em dois anos ou de três em três anos num valor muito superior, e que acabava por não deixar o problema resolvido. Em relação à questão do



Jardim Municipal, referiu que a obra sempre tinha tido na sua origem e na sua decorrência um conjunto de vicissitudes, e a empresa nunca tinha demonstrado vontade de corrigir as situações que iam sendo levantadas, por isso, como a Câmara mantinha ainda uma garantia bancária, deveria acioná-la para salvaguardar o interesse do Município. -----

---O senhor Presidente interveio dizendo que o que se tinha passado na empreitada da Vala não tinha sido uma operação de simples manutenção, mas antes uma operação de limpeza geral daquele troço da vala, no equivalente ao território do Concelho, pelo que não era um simples contrato com uma entidade para fazer a manutenção que podia ter resolvido o problema da intervenção de fundo que a Vala necessitava, e embora a Câmara de Alpiarça pudesse equacionar vir a fazer um contrato de manutenção para a limpeza da Vala, o que se procurava era fazer essa limpeza com meios próprios, poupando ali alguma verba. Em relação ao Jardim, esclareceu que nunca tinha dito que a Câmara pagou o que não estava feito ou o que estava mal feito e que os pagamentos tinham sido feitos de acordo com as informações técnicas, sendo que ainda havia questões pendentes, que se não fossem resolvidas, podiam levar à execução da garantia bancária.-

--- O senhor Vereador João Arraiolos interveio, explicando que o arrendamento tinha sido feito por cinco anos, por acordo com os comerciantes, pois os mesmos estavam num espaço e tinham uma determinada expectativa, pois tinham contratos que apesar de não serem de longa duração previam renovações anuais, e uma vez que a indemnização seria equivalente a dois anos de renda, em vez de receberem essa verba, os inquilinos tinham feito acordo para manter a atividade económica por um período mais alargado.-----

--- A senhora Vereadora Sónia Sanfona tomou a palavra para questionar como é que a Câmara iria reagir se outros particulares, noutras condições ou em idênticas condições de precariedade, relativamente à sua situação económica, estivessem disponíveis para fazer um acordo semelhante com o Município, ou seja, se o Município podia ir além daquilo que era a sua obrigação legal, financiado desse modo a atividade de um privado. -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos respondeu, frisando que seria muito bom que o Município conseguisse intervir noutras situações semelhantes e que tivesse oportunidade de chegar àquele tipo de acordo com pessoas que se encontrassem nas mesmas condições, mantendo a atividade económica das pessoas, até porque naquele caso concreto, o Município teria um custo de



cinquenta euros por mês, que no final dos cinco anos até era inferior ao custo da indemnização que teria que ser paga.-----

Terminado o período Antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

--- Ponto 01 – Ata para apreciação e votação. Proposta de Ata n.º 9/2021 - Reunião realizada no dia 14/05/2021. Município de Alpiarça. Para Deliberação:-----

--- A senhora Vereadora Sónia Sanfona propôs apreciarem e votarem a ata reunião de câmara seguinte.-----

---Deliberação: O ponto foi retirado da ordem de trabalhos. -----

--- Ponto 02 – Proposta – Nomeação de Auditor Externo Responsável pela Certificação Legal de Contas do Município de Alpiarça para os anos de 2021 e 2022, nos termos da Lei 73/2013 de 03 de Setembro. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta: Remeter à Assembleia Municipal: -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos, explicou que a nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas era uma competência da Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, e que se tornava necessário, por imperativo legal, nomear o auditor externo para os exercícios seguintes, propondo-se a entidade Marques, Cruz & Associado, SROC, Lda, que era a mesma que atualmente estava a exercer essa função. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, dizendo que aquela matéria decorria diretamente da lei, e como tal não via inconveniente em que se fizesse a nomeação do revisor oficial de contas, antes pelo contrário porque era obrigatório, mas questionava o porquê de se estar a celebrar uma aquisição de serviços por um período de dois anos, tendo em conta que em Setembro/Outubro decorriam as eleições autárquicas e também porque ainda nem tinha sido apresentado o relatório do ROC, pelo que julgava que seria mais indicado renovar a prestação de serviços apenas para a certificação das contas do ano dois mil e vinte e um. Referiu, ainda, que não percebia o motivo do





pagamento ao ROC ser deferido, pois uma parte do pagamento iria ser feito já em dois mil e vinte e três). -----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, respondendo que os prazos tinham a ver essencialmente com a salvaguarda da questão legal propriamente dita, até porque sendo uma competência da Assembleia Municipal, poderia verificar-se algum problema e não ser possível nomear o ROC para o ano dois mil e vinte e dois em tempo útil, até porque a certificação de contas de dois mil e vinte e um só iria ser feita em março/abril de dois mil e vinte e dois, e as contas de dois mil e vinte e dois, só iriam ser aprovadas em dois mil e vinte e três.-----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, perguntando qual era a razão para não terem ainda a certificação de contas relativas ao ano dois mil e vinte, ao que o senhor Vereador João Arraiolos respondeu, explicando que os municípios, incluindo o de Alpiarça, tinham tido alguns problemas com a transição do sistema contabilístico para o SNC - AP, e o próprio software não tinha dado resposta a determinadas questões, daí ainda não ter sido apresentada a proposta final na Câmara, sendo certo que a própria lei previa que as contas pudesse ser aprovadas até ao final de junho. -----

---Deliberação: A proposta foi aprovada por maioria com a abstenção dos senhores Vereadores do Partido Socialista. Foi deliberado remeter a proposta à Assembleia Municipal.-----

--- Ponto 03 – Proposta – Isenção do Pagamento de Taxas Relativas ao Pedido de Licenciamento para Obras, Apresentado por Clube Desportivo “Os Águias de Alpiarça”. Requerente: Clube Desportivo “Os Águias de Alpiarça. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta: -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos explicou que o pedido se relacionava com o processo de licenciamento de todo o edificado onde se situava a sede do Clube Desportivo "Os Águias", e que englobava a isenção do pagamento de taxas relativas a esse licenciamento, bem como da ocupação da via pública por motivo das obras. -----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, questionando se as obras eram respeitantes à remoção do fibrocimento da cobertura do pavilhão do Clube Desportivo "Os Águias", bem como se a obra tinha sido sujeita à candidatura de apoios comunitários, e ainda qual a razão para um





pedido ter dado entrada em Dezembro de 2020 e apenas estar a ser apresentado na reunião de vinte e oito de Maio de dois mil e vinte e um. -----

--- Interveio o senhor Vereador João Arraiolos, explicando que tanto quanto sabia, tinham sido apresentadas candidaturas a fundo nacionais e quanto à questão da demora na apresentação do processo a reunião da Câmara, talvez tivesse a ver com o facto de ter sido difícil ultrapassar algumas questões no início, como o registo do terreno onde estava implantado o pavilhão, e também a necessidade de parecer de entidades externas ao Município.-----

--- Interveio a senhora Vereadora Sónia Sanfona, dizendo que compreendia a situação, mas entendia que se tratava ali apenas dum pedido de isenção das taxas relativas ao licenciamento, pelo que não se estava ali a propor o licenciamento das obras, e como tal, aquele pedido de isenção já podia ter sido remetido à Câmara. -----

--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Ponto 04 – Proposta – Minuta de protocolo de Cooperação Celebrado entre o Município de Alpiarça e a Associação Cultural, Desportiva e de Beneficência dos bombeiros de Alpiarça. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente proposta:**-----

--- O senhor Presidente explicou que se tratava do protocolo para a transferência da verba que era devida aos bombeiros que constituíam o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, quer ao nível das equipas de combate a incêndios (ECIN), quer ao nível das equipas logísticas de apoio ao combate (ELAC), sendo que a Associação de Beneficência dos Bombeiros ficava vinculada a transferir para os elementos de tais equipas as verbas referidas no protocolo. -----

--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Ponto 05 – Proposta de Ratificação de Aceitação de Donativos em Géneros – Despacho do Vereador João Pedro Arraiolos. Município de Alpiarça. Para Ratificação:** -----

--- O senhor Vereador João Arraiolos explicou que a empresa Monliz tinha oferecido um conjunto de géneros alimentares, desde espinafres, ervilhas, puré de manga e que para que a própria contabilidade da empresa pudesse ficar regularizado, teria que haver uma deliberação do órgão competente para aceitar donativos, que no caso era a Câmara Municipal.-----





--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Ponto 06 – Licença Especial de Ruído, com início às 19,00h e termo às 22,30h do dia 29/05/2021, para realização do evento “Musica ao Vivo – Ricardo Oliveira”, a realizar no Jardim/Esplanada D. Dion, em Alpiarça. Requerente: Valter & Ana, Hotelaria, Lda. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente informação:**-----

--- O senhor Presidente disse que o evento ia decorrer entre as 19h00m e as 22h30, à semelhança do que já tinha sido feito em fins - de - semana anteriores, mantendo-se o respeito pelas normas da DGS, até inclusivamente com a presença da Guarda Nacional Republicana. -----

--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.**-----

--- **Ponto 07 – Processo Disciplinar Nº 2019/500.20.300/1. Município de Alpiarça. Para Deliberação, nos termos e fundamentos da presente Informação Técnica:**-----

---O senhor Presidente apresenta informou iriam terminar a parte gravada da reunião, para discutir o ponto em privado, tendo em conta que se tratava de apuramento de questões disciplinares de um funcionário. -----

--- **Deliberação: A proposta foi aprovada por escrutínio secreto, com cinco votos a favor.**-----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE-----

--- Não houve intervenção do público.-----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Presidente, eram dezassete horas e trinta e cinco minutos, da qual para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada em minuta, por unanimidade, com todos os efeitos legais a partir desta data.-----

E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação, a redigi e vou assinar com o senhor Presidente.-----





Município de Alpiarça

Câmara Municipal

ATA N.º 10/2021 RC 28 DE Maio 2021 - MANDATO 2017 - 2021

O Presidente da Câmara Municipal

Mário Fernando A. Pereira

O Secretário do Gabinete de Apoio à Vereação

Celestino Tomás Pereira Brasileiro

No uso de competência e poderes delegados/subdelegados por Despacho n.º XX/XXXX, datado de XX de XXXX de XXXX.
Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição

